

O papel do agro brasileiro nas metas ambientais da COP 28

O Brasil destaca-se como líder em conservação ambiental e, quando comparado a outros países com grandes territórios, apresenta um compromisso com a conservação que vai além do cumprimento de cotas legais. Diferentemente de países como China e Estados Unidos, que protegem áreas de menor valor produtivo, como desertos, o Brasil concentra esforços de preservação em regiões com alto potencial agrícola e ecológico.

VOCÊ SABIA?

Cerca de 30% do território nacional é composto por áreas protegidas designadas para conservação, um percentual superior ao de países como Austrália (19%) e Estados Unidos (13%). Essas áreas incluem unidades de conservação e terras indígenas, que juntas somam 260 milhões de hectares (*Forbes*, 2022).

Preservação ativa por meio do agronegócio

Além das áreas protegidas oficialmente, o Brasil se destaca pela preservação ambiental realizada nas propriedades rurais. Os produtores rurais brasileiros preservam 218 milhões de hectares, o que representa 26% do território brasileiro (*Forbes*, 2022). Essa preservação é uma exigência legal, mas também uma prática sustentável que inclui a manutenção de reservas legais e áreas de preservação permanente.

Custos e investimentos em preservação



O valor patrimonial dessas áreas preservadas é estimado em quase R\$ 4 trilhões, com um custo anual associado de R\$ 26 bilhões.



Os custos incluem impostos e medidas de proteção, como cercamento e vigilância e manutenção de infraestruturas, para prevenir incêndios e outras degradações.

Contribuição para a reforma agrária e quilombolas

Adicionalmente, 10% do território nacional está destinado à reforma agrária e terras quilombolas, o que representa mais de 90 milhões de hectares. Isso indica uma política de distribuição de terras que também considera aspectos sociais e de equidade, além de contribuir para a preservação ambiental.

Desempenho brasileiro

Em 2022, o Brasil reduziu as emissões de gases estufa em 8%, impulsionado pela queda no desmatamento da Amazônia e pelo aumento das chuvas, que diminuíram a necessidade de usar termelétricas fósseis. O governo também elevou as metas de redução de emissões: de 37% para 48% até 2025 e de 50% para 53% até 2030, conforme anunciado durante um evento da ONU em Nova York.

COP 28 e o impacto no agronegócio brasileiro

A Conferência das Partes (COP) é um evento anual organizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) que visa a reunir países para discutir e desenvolver medidas contra as mudanças climáticas globais. A 28ª edição da conferência ocorreu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no fim de 2023, e focou na transição energética para acabar com o uso de combustíveis fósseis, além de ampliar significativamente o escopo de discussão para incluir a agricultura e a gestão dos solos como pontos centrais. Essa conferência também destacou a importância dos sistemas alimentares resilientes e das práticas agrícolas sustentáveis para mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas.

Protagonismo em práticas sustentáveis

O Brasil, como um dos principais produtores globais de alimentos, bioenergia e fibra, tem uma posição única para influenciar as políticas agrícolas e ambientais discutidas na COP 28. O evento trouxe à tona o papel da agricultura na emissão de gases de efeito estufa, e o Brasil já tem planos em ação, como o **Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC)** e o **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)**, que promovem a redução de carbono por meio da agrofloresta e de outras práticas de cultivo sustentável.

Desafios centrais para o agronegócio brasileiro evidenciados na COP 28

1. Eliminação do desmatamento até 2030:

- Adotar e reforçar medidas rigorosas de proteção florestal.
- Integrar conservação com práticas agrícolas sustentáveis.
- Garantir financiamento e cooperação técnica para implementar essas medidas.

2. Expansão e inovação em biocombustíveis:

- Aumentar produção de etanol e explorar novos biocombustíveis.

- Desenvolver tecnologias que maximizem a eficiência e a sustentabilidade.

- Conquistar mercados com o biocombustível brasileiro como alternativa limpa.

3. Práticas agrícolas sustentáveis e resilientes:

- Implementar e expandir o uso de técnicas de agricultura de baixo carbono.
- Ampliar resiliência dos sistemas alimentares com gestão eficaz do uso dos solos.
- Promover agrofloresta e práticas de produção agrícola com benefícios ambientais.

1. Liderança em biocombustíveis:

- Expansão do setor de biocombustíveis, como etanol, para aproveitar a transição global para energias limpas.
- Posicionar o Brasil como fornecedor no mercado global de biocombustíveis.

2. Agricultura de baixo carbono:

- Utilização de práticas agrícolas sustentáveis e de baixo carbono para se destacar como um líder em inovação agrícola sustentável.

- Potencial para captar financiamento internacional destinado a projetos de mitigação das emissões de carbono.

3. Recuperação e utilização sustentável de terras:

- Implementação de práticas de recuperação de terras e agroflorestas, integrando a produção agrícola com a preservação ambiental.
- Melhoria da gestão de solos, aumentando a resiliência dos sistemas alimentares ao clima e maximizando o sequestro de carbono.

Modelos de financiamento para produção sustentável

Plano Safra 2023/2024 do governo federal - Visa a fortalecer o agronegócio no Brasil por meio de incentivos financeiros, incluindo linhas de crédito e políticas agrícolas focadas em sustentabilidade. Introduz 13 programas, desde a modernização de equipamentos até práticas agrícolas sustentáveis, buscando aumentar a produtividade e competitividade do setor, promover a preservação ambiental e combater o desmatamento, alinhando a produção agrícola às demandas globais de conservação e sustentabilidade.

Fundo Verde para o Clima (GCF) - Iniciativa estabelecida sob a [UNFCCC](#) para atenuar as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação às mudanças climáticas mediante investimentos em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática nos países em desenvolvimento. Com recursos superiores a US\$ 10 bilhões, o GCF apoia o agronegócio brasileiro, ao financiar práticas agrícolas sustentáveis e resilientes, como agroflorestas e agricultura de baixo carbono. Dessa forma, ajuda a reduzir as emissões de carbono e melhorar a capacidade de responder a variações climáticas.

Principais regulamentações no Brasil

As leis ambientais brasileiras são essenciais para regular a interação entre as atividades agrícolas e a conservação dos recursos naturais, garantindo um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

- O Artigo 225 da [Constituição brasileira](#) destaca o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo responsabilidades ao poder público e à coletividade para sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações.
- Entre as principais leis, o [Código Florestal](#) (Lei 12.651/2012) estabelece diretrizes para a proteção da vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente (APPs), e Reservas Legais (RLs) para conservação da biodiversidade e recursos hídricos.
- Outras leis, como a [Lei dos Crimes Ambientais](#) (Lei 9.605/1998) e a [Política Nacional do Meio Ambiente](#) (Lei 6.938/1981), reforçam as obrigações e penalidades relativas ao uso inadequado dos recursos naturais e à poluição.

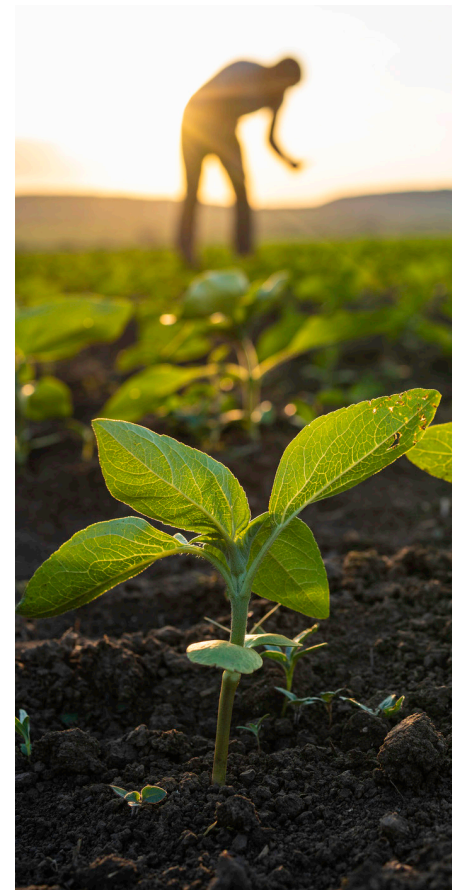
Em Goiás, uma nova **Lei Estadual de Fomento à Nova Agricultura (Lei 22.306/2023)** foi sancionada e promove métodos como agroecologia, produção orgânica e **Integração Lavoura Pecuária Floresta**, além do uso de energias renováveis. Ela visa à produção eficiente de alimentos, além da preservação ambiental e a promoção da agricultura familiar, buscando justiça social e acesso equitativo a recursos naturais para as comunidades locais.

CASO DE SUCESSO

Antes mesmo de se tornarem mandatórias, a **Fazenda Alvorada**, em Cristalina, Goiás, adota práticas sustentáveis que lhe valeram o **prêmio Fazenda Sustentável** entre as médias propriedades. Com 3.400 hectares, a fazenda destina 1.600 hectares para agricultura e preserva igual área de mata nativa, ultrapassando a reserva legal de 20%. Ela adota, ainda, a rotação de culturas para preservar a qualidade do solo e das hortaliças, e também cultiva soja e milho, além de aplicar a rastreabilidade na produção.

COP 30 no Brasil

A 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30) será realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025. A Fundação Getulio Vargas estima mais de 40 mil visitantes durante o evento, incluindo cerca de 7 mil membros da “família COP”. **De acordo com as expectativas do governo brasileiro**, essa será uma oportunidade única para discutir a Amazônia e as suas questões ambientais e sociais diretamente na região, envolvendo a participação visível de comunidades indígenas e ribeirinhas.



Fontes consultadas

Lygia Pimentel. Por que o Brasil é uma potência agroambiental. Forbes. 2022. Confira as nove principais leis ambientais brasileiras no contexto rural. Broto. 2023. Lei de apoio à agricultura sustentável é sancionada em Goiás. A Redação. 2023. Mariana Grilli. Agricultura terá papel relevante - e inédito - na COP28. Como o Brasil se prepara? Revista Exame. 2023. Mariana Grilli. Alimentação, energia e natureza: como o agro brasileiro pode se beneficiar do texto final da COP28. Revista Exame. 2023. Plano Safra 2023/2024 incentiva sustentabilidade e conta com 13 programas para investimentos. Ministério da Agricultura e Pecuária. 2023. Rafael Walendorff. À frente do tempo: fazenda de Goiás adotou práticas sustentáveis antes de virarem lei. Globo Rural. 2023.

BOLETIM DE TENDÊNCIAS /// AGRO /// 22 DE ABRIL DE 2024

Especialista Sebrae Agro

Vitor Hugo Evangelista Duarte - Sebrae GO

Coordenação

Douglas Paranyha de Abreu - Sebrae GO

Victor Rodrigues Ferreira - Sebrae NA

Analista de inteligência

Jefferson Auri de Araújo

Consultor Polo Sebrae Agro

Jaqueline Pinheiro da Silva